

PROPOSTA DE TERMO DE REFERÊNCIA

1.DISPOSIÇÕES GERAIS

Este Termo de Referência – TR tem por objetivo orientar quanto a abrangência, os procedimentos e os critérios para a elaboração do Estudo Ambiental – EA relativo ao licenciamento ambiental da instalação e operação de cabo de fibra óptica da ASSOCIACAO ADMINISTRADORA DA FAIXA DE 3,5 GHZ – EAF.

1.1 - Procedimentos do Licenciamento Ambiental

O IBAMA procederá ao licenciamento ambiental do empreendimento conforme a Lei Complementar nº 140/2011, Resolução CONAMA Nº 001/86, Resolução CONAMA Nº 006/86 e Resolução CONAMA Nº 237/97, ouvindo, se for o caso, os órgãos estaduais de meio ambiente dos estados de Amazonas e Rondônia

O empreendimento está localizado na região da Amazônia Legal, que também é uma área endêmica para a Malária. Portanto a implementação da Infovia 05 envolve a participação da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente/Ministério da Saúde como órgão interveniente.

1.2 - Regulamentação Aplicável e Análise de Compatibilidade Legal

O Estudo Ambiental deverá abranger todo arcabouço jurídico aplicável ao licenciamento ambiental relativo ao empreendimento em tela, bem como os demais dispositivos legais em vigor nas esferas federal, estadual e municipal, referentes à utilização, proteção e conservação dos recursos ambientais. Deve-se realizar a análise da compatibilidade legal da atividade com a legislação incidente.

1.3 - Abordagem Metodológica

O EA deverá:

- a) Considerar levantamentos realizados na área de influência da atividade, dados primários e secundários, caracterizando a situação ambiental da área de influência antes da implantação do empreendimento;
- b) Apresentar a exata localização do empreendimento, bem como a definição dos limites da área geográfica a ser direta e indiretamente afetada pelos impactos ambientais previstos;
- c) Identificar a susceptibilidade ambiental, direta ou indireta, aos efeitos danosos e benéficos decorrentes do empreendimento em suas diferentes fases;

- d) Apresentar um prognóstico ambiental que considere as alternativas de execução e não execução do empreendimento;
- e) Apresentar programas e medidas ambientais capazes de minimizar os impactos negativos do empreendimento e potencializar os impactos positivos;
- f) Conter tabelas, gráficos, fluxogramas, mapas, desenhos ilustrativos, fotos e outros recursos que se fizerem necessários ao pleno entendimento de seu conteúdo;
- g) Representar as áreas de influência do empreendimento, em escala compatível com os fatores ambientais estudados, indicando também os espaços territoriais especialmente protegidos e os trechos objeto de eventual supressão vegetal;

1.4 - Documentação

Deverá ser apresentada a documentação legalmente exigível, como certidão das prefeituras municipais, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo (conforme Resolução CONAMA 237/97, Art. 10).

2. IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

2.1. Identificação do Empreendedor

- a) Nome e razão social;
- b) Endereço para correspondência;
- c) Número dos registros legais;
- d) Nome, endereço, telefone e e-mail do responsável legal pelo empreendimento.

2.2. Identificação da Empresa Responsável pelo EA

- a) Nome e razão social;
- b) Endereço para correspondência;
- c) Número dos registros legais;
- d) Nome, endereço, telefone e e-mail do responsável legal pela empresa;
- e) Anotação de Responsabilidade Técnica;
- f) Número de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras dos Recursos Ambientais (CTF).

2.3. Identificação da Equipe Multidisciplinar

- a) Nome dos profissionais;
- b) Área de atuação;
- c) Número do Cadastro Técnico Federal do IBAMA (CTF);
- d) Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

3 - DADOS DO EMPREENDIMENTO

3.1 - Caracterização do Empreendimento

a) Concepção do Projeto;

i. Objetivos

ii. Dados técnicos do empreendimento com descrição das etapas de execução

iii. Custo total dos investimentos

iv. Empreendimentos associados e decorrentes.

b) Justificativa;

i. Técnicas (incluindo as experiências adquiridas em empreendimentos similares)

ii. Socioeconômicas

iii. Ambientais

c) Infraestrutura de Apoio.

i. Vias de acesso

ii. Equipamentos e estruturas necessários a implantação e operação

iii. Canteiro de obras

iv. Mão de obra

3.2 - Descrição do Empreendimento

Descrição da exata localização do empreendimento, incluindo a distância de áreas especialmente protegidas (Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Áreas de Proteção Permanentes, Comunidades Quilombolas/Tradicionais e sítios de patrimônio histórico/cultural/arqueológicos). Este tópico deverá conter o Cronograma Físico com a identificação das principais atividades de cada fase (instalação, operação e desativação), bem como informações quanto à interligação com sistemas congêneres.

a) Análise das alternativas

Deverá ser realizada análise de alternativas de localização do projeto, a qual deverá estar devidamente fundamentada em mapas específicos, demonstrando sua relação com zonas turísticas e de alta sensibilidade/importância ambiental.

b) Implantação do empreendimento

Deverá fornecer descrição detalhada da fase em questão, considerando-se pelo menos os seguintes aspectos:

- i. insumos necessários;
- ii. infraestrutura necessária;
- iii. mão de obra;
- iv. técnica de instalação, com cronograma de execução das obras e da infraestrutura e de apoio;
- v. riscos ambientais potenciais;

c) Operação

Deverá descrever a sistemática de operação do empreendimento e dos procedimentos operacionais de manutenção e segurança, contemplando ainda:

- i. riscos potenciais, ações e equipamentos de prevenção de acidentes;
- ii. rotinas de operação e manutenção.

d) Desativação

Abordar os principais aspectos ambientais relacionados à desativação futura do empreendimento.

4. ÁREA DE INFLUÊNCIA DA ATIVIDADE

Área de influência de um empreendimento é a área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos ambientais decorrentes do empreendimento. Visando a uma melhor abordagem e compreensão dos impactos ambientais, deverão ser consideradas áreas diferenciadas para os impactos nos meios físico, biótico e socioeconômico. Como base para diferenciação, deverão ser consideradas as diretrizes a seguir:

1. Identificar, caracterizar, georreferenciar e mapear os elementos determinantes para as delimitações das áreas de influência;
2. Considerar na definição das áreas de influência os dados obtidos e a análise dos impactos;
3. Apresentar no formato shapefile e kmz os limites das áreas de influência de cada meio (físico/biótico/socioeconômico).

5. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

O diagnóstico ambiental deverá retratar a atual qualidade ambiental da área de abrangência dos estudos, indicando as características dos diversos fatores que compõem o sistema ambiental, de forma a permitir a sua caracterização de acordo com a sequência apresentada a seguir.

5.1 - Legislação Ambiental

Deverá ser identificada e apresentada a legislação ambiental aplicável à atividade alvo deste licenciamento e à área de influência onde está será desenvolvida.

5.2 - Meio Físico

a) Meteorologia e Climatologia

Descrição do padrão climático local com classificação climática da região, observados os parâmetros meteorológicos tais como: temperatura, umidade relativa do ar, regime pluviométrico, direção predominante e velocidade média dos ventos.

b) Geomorfologia

Deverá abordar temas como a descrição da dinâmica e da morfologia da área diretamente afetada, descrição das formas encontradas e descrição do depósito sedimentar da área e seus processos erosivos, caso ocorram;

c) Hidrologia e Hidrogeologia

Caracterizar o regime hidrológico das bacias hidrográficas da Área de Estudo do empreendimento, apresentando mapa em escala adequada da rede hidrográfica;

5.3 - Meio Biótico

a) Ecossistemas Terrestres da Área de Influência Direta - AID e Área Diretamente Afetada.

i. Identificação e mapeamento das fitofisionomias presentes na área de influência, com base em imagens de satélite e levantamentos de campo;

ii. Identificação das espécies vegetais endêmicas, raras, ameaçadas de extinção, de valor econômico (na alimentação e na medicina) e de interesse científico;

iii. Levantamento da fauna associada, identificando as espécies endêmicas, raras, ameaçadas de extinção e de valor econômico.

b) Ecossistema Aquáticos

i. A caracterização dos ecossistemas aquáticos deverá abranger a Área de Influência Direta -AID do empreendimento.

c) Unidades de Conservação

i. Indicação das Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais diretamente interferidas pelo empreendimento e daquelas nas quais há interferência em suas zonas de amortecimento, mediante consulta aos Planos de Manejo, avaliando os usos permitidos para cada UC.

5.4 - Meio Socioeconômico

Apresentar descrição das principais atividades econômicas desenvolvidas na área de influência.

Caracterização das comunidades da Área Diretamente Afetada, incluindo populações tradicionais e extrativistas.

Descrição das atividades turísticas e outras atividades econômicas desenvolvidas na região, as áreas mais utilizadas, indicando os períodos de alta temporada e as possíveis interferências do empreendimento sobre essas atividades.

Deverá ser conduzida uma pesquisa socioeconômica visando identificar eventuais conflitos de uso dos recursos naturais durante as fases do empreendimento.

Ressalta-se que na hipótese de inexistência de dados secundários adequados temporal e espacialmente para composição de um diagnóstico ambiental adequado a todos os Meios estudados, deverão ser realizados levantamentos de dados primários.

6. ANÁLISE INTEGRADA E SÍNTESE DA QUALIDADE AMBIENTAL

Com base no diagnóstico, deverá ser investigada a interação entre os meios físico, biótico e socioeconômico, de maneira a caracterizar suas principais inter-relações. Deverão ser expressas em quadro sintético as interações dos fatores físicos, bióticos e socioambientais do sistema a ser afetado pelo empreendimento.

7. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS

Deverá abranger os impactos benéficos e adversos, considerando o fator tempo, determinando, na medida do possível, uma projeção dos impactos imediatos a médio e longo prazo; os temporários, permanentes e cíclicos; reversíveis; locais, regionais e estratégicos.

O prognóstico deverá considerar as condições emergentes, com e sem a implantação do empreendimento, conduzindo à proposição de medidas destinadas ao equacionamento dos impactos ambientais decorrentes principalmente da instalação do empreendimento. A apresentação dos resultados deverá contemplar:

- a) A metodologia de identificação dos impactos, a técnica de previsão de suas magnitudes e os critérios adotados para a interpretação e análise de suas alterações;
- b) A magnitude e importância dos impactos;

- c) Uma descrição detalhada dos impactos sobre cada fator relevante, considerado no diagnóstico ambiental;
- d) Uma síntese conclusiva dos impactos relevantes a serem gerados nas fases de implantação e operação;

8. MEDIDAS MITIGADORAS, COMPENSATÓRIAS, PROGRAMAS DE CONTROLE E DE MONITORAMENTO

Com base na comparação do prognóstico das condições emergentes deverão ser recomendadas medidas que venham eliminar ou mitigar os impactos ambientais potenciais. Tais medidas deverão ser implementadas visando tanto a recuperação quanto a conservação do meio ambiente, bem como o maior aproveitamento das novas condições a serem criadas pelo empreendimento, podendo ser substanciadas em planos, programas ou projetos ambientais. Ressalta-se que as medidas mitigadoras deverão ser classificadas quanto:

- a) Ao componente ambiental afetado;
- b) À fase do empreendimento em que deverão ser implementadas;
- c) Ao caráter preventivo ou corretivo e sua eficácia.

9. CONCLUSÃO

Realizar uma avaliação da viabilidade do empreendimento, de forma clara, imparcial e objetiva, em relação às características da área, identificando as interferências mais relevantes da atividade no meio ambiente, com destaque para as áreas sensíveis.

10. BIBLIOGRAFIA

Discriminar a bibliografia consultada para a realização dos estudos, que deverão ser especificados por área de abrangência do conhecimento.

11. GLOSSÁRIO

Ao final do EA devem ser relacionados os termos técnicos utilizados, devidamente identificados em linguagem acessível.

12. ANEXOS

Anexos considerados pertinentes e que se refiram ao Estudo Ambiental deverão ser incorporados.

13. EQUIPE TÉCNICA

Deverá ser apresentada a equipe técnica multidisciplinar responsável pela elaboração do Estudo Ambiental, indicando a área profissional e o número de registro no respectivo Conselho de Classe e o Cadastro Técnico Federal do Ibama.